

## UMA EXPERIÊNCIA PAISAGÍSTICA NA METRÓPOLE BRASILEIRA<sup>1</sup>

### SAÍDA

Dada a “superposição desordenada” que o conceito de paisagem cada vez mais é apresentado (BESSE, 2014, p. 12), tornam-se triviais as ressalvas introdutórias, como já bem teceu Bartalini (2013). E, certamente, quando se trata de conceituação, todo termo composto, como o de “paisagem urbana”, amplifica o desafio para seu completo entendimento. Assim, já de largada, indica-se que não é objetivo desse texto o preparo definitivo, ou mesmo preliminar, desse terreno movediço. Vai-se explorar um caminho aberto pelo já citado autor francês, num singelo texto (BESSE, 2013). Aqui já se transpõe, portanto, certos meandros e, ao mesmo tempo, é escolhida a direção do movimento.

Ainda assim, considera-se instigante fazer algumas pausas, para contemplar três textos que são tratados como basilares para a percepção da paisagem por profissionais do projeto. De certa forma, Kevin Lynch com “A imagem da cidade” (1997 [1960]), Gordon Cullen no livro “Paisagem Urbana” (1983 [1971]) e Robert Venturi, Denise Scott Brown e Steven Izenour com a obra “Aprendendo com Las Vegas” (2003 [1972]), constituem, juntos ou separados, um porto seguro para aguçar a visão para o mundo exterior e, frisa-se o sentido destacado. Não se busca extrair uma explicação panorâmica do contexto em que foram criadas tais obras, muito menos estabelecer uma conexão epistêmica entre elas, mas revelar como certos aspectos tratados nessas produções ainda auxiliam a construção de uma compreensão mais arguta da paisagem urbana, apesar de algumas escorregadelas por parte de leitores incautos. Um passo adiante e outra suspensão se faz para que sejam apresentadas algumas considerações que emanam do conceito de espaço público, elemento constituinte da paisagem urbana.

Com tais preparativos dispostos, assume-se que o propósito central é discorrer sobre uma **experiência paisagística** advinda de dias de caminhadas pelos espaços públicos das metrópoles brasileiras. Longe de procurar estabelecer padrões comuns para um conjunto tão vasto e rico de situações, esse relato procura instigar a relação entre espaço público e paisagem urbana, escopo de trabalhos anteriores, mas sem a mesma perspectiva teórica ou metodológica. A ideia é elencar circunstâncias reais que explicitem um paralelo entre esses dois conceitos a fim de compreender um pouco mais sobre a metrópole brasileira do começo do século XXI. Aceitou-se o convite de Careri (2013), pois “*errare humanun est*”, e foram percorridas ruas de metrópoles brasileiras para se construir um quadro sobre as características físicas, simbólicas, sensoriais e sociais desse domínio comum essencial para a vida cotidiana. Em meio a milhares de encontros, esse caminhar pela paisagem foi uma forma de construir uma percepção distinta e mais densa daquela de seus usuários diários, de reconhecimento e compreensão, como forma de, nas palavras de Besse (2013, p. 45), “habitar o mundo”.

### PARADA 1: PAISAGEM URBANA

**Primeiro respiro:** Dos vários - e possíveis - modos de compreender o conceito de paisagem, evoca-se aqui uma das definições abrigadas por Besse (2014, p. 26 – 37), quando o

---

<sup>1</sup> Artigo cujos levantamentos de campo contaram com suporte de 4 editais do CNPq, desde 2010.

delimita como um “território fabricado e organizado” pelas sociedades humanas, uma forma de “escrita na superfície da Terra”. Essa abertura conceitual permite compreendê-la como um “produto social”, resultado da transformação coletiva da natureza para uma projeção cultural de uma dada sociedade, uma “composição desse mundo”, como também aponta Nogué (2007, p. 11 - 12). Assim, esse constructo se caracteriza por sua materialidade e, ao mesmo tempo, por valores a ele amalgamados, tornando-se repleto de significados. Nesse sentido, já alertava Cosgrove (1998) que o simbolismo que emana da paisagem conforma as tensões advindas das divisões sociais existentes na sociedade, transformando-se em um veículo para essa tênue comunicação.

Por outro lado, Besse (2013) também salienta que a paisagem está conectada com nossa vida cotidiana, pois “a paisagem faz parte de nosso estar no mundo”. Seria um “espaço vivido”, que corresponde ao nosso envolvimento no mundo, de estar “implicado” com ele, uma forma de “habitar”. Dado que vivenciar seja uma experiência sinestésica, qual seria a composição do cotidiano, então?

Num sensível trabalho, Roger (2014) sustenta que a paisagem é “uma invenção dos habitantes da cidade”, quando o olhar artístico se sensibilizou ao tema, séculos atrás. Mas a própria cidade, com seus elementos constituintes e lugares marcantes também despertariam nossa atenção. Como captar o ordinário?

Ingold (2015, p. 87) já indicou como óbvia a perspectiva que a percepção se dá com o corpo todo. A paisagem seria, dessa forma, uma experiência polisensorial – “é pelo nosso corpo que habitamos o mundo”, complementa Besse (2013, p. 46 - 47). O círculo então se fecha e a paisagem urbana se estabelece como uma potente chave de percepção desse espaço social, ainda que olhares desatentos, imersos no dia a dia, “naturalizado e normalizado” (Nogué, 2007, p. 12), muitas vezes estejam distraídos ou neutralizados.

Estudiosos do espaço urbano possuem uma miríade de procedimentos para empregar no processo de decifração da paisagem urbana. Nesse universo, três livros, desde que foram lançados, têm sido reiteradamente aplicados, da forma mais variada possível, nesse laborioso empreendimento. Já se tornaram, por assim dizer, referência na área. As próximas linhas sintetizam-nas com o intuito de demarcar uma visada.

**Segundo respiro:** “[...] (P)recisamos aprender a ver as formas ocultas na vasta extensão de nossas cidades”, convida Lynch (1997 [1960], p. 14) na introdução de seu aclamado livro, “A imagem da cidade”, cuja pesquisa que sustenta a publicação foi realizada há mais de 60 anos atrás. Ainda que concentrado nos resultados que advinham do sentido da visão (mas não sem compreender que todos os outros estão “em operação”), é possível afirmar que a preocupação com a percepção da paisagem urbana é um dos temas centrais dessa obra. Imagem e paisagem se confundiriam, portanto. Por outro lado, o inédito método empregado, que procurava captar “imagens públicas” da cidade por meio de pesquisa qualitativa com os habitantes das cidades pesquisadas, construindo “mapas mentais”, redirecionou os esforços de compreensão da cidade, impactando de modo contundente como se pensar essa construção, em vários campos disciplinares, sobretudo naqueles voltados à sua transformação física. Pela primeira vez, o cidadão estava sendo elevado a fundamental partícipe do processo de decisão, através de sua compreensão sobre a cidade.

Ellis (2010) observa que sua obra promoveu um redirecionamento nas disciplinas que pensam a cidade e era um claro produto do contexto cultural e urbano que viviam os Estados Unidos na metade do século XX, uma vez que o resultado socioespacial de vários projetos modernistas estavam sendo cada vez mais questionados. Mesmo assim, é uma obra cuja popularidade atingiu vários cantos do planeta, muito em virtude da conexão impulsionada entre campos disciplinares distintos. Ademais, a preocupação exposta, em alguns trechos do livro, por uma instrução do sentido da visão dos habitantes da cidade, e não exclusivamente para profissionais do projeto, amplia seu alcance, pois se transforma quase num “manual para uma educação visual urbana” (ELLIS, 2010, p. 11). E talvez seja nisso que resida uma das maiores inadequações do emprego de seu método: quando um indivíduo, geralmente com objetivo específico, procura aplicar os princípios originais para captar a imagem da cidade como uma alternativa ágil para todo o procedimento metódico necessário. Como o próprio autor adverte,

O que não estava previsto, no entanto, era que este estudo, cujo objetivo principal era incitar aos projetistas a necessidade de consultar aqueles que moram em um local, teve a princípio um resultado diametralmente oposto. Para muitos planejadores, parecia haver uma nova técnica completa com classificações mágicas [...] que permitiam a um projetista prever a imagem pública de qualquer cidade ou nova proposta existente. [...] Não houve tentativa de chegar aos habitantes reais, porque esse esforço desperdiçaria tempo e poderia ser perturbador (LYNCH, BANERJEE & SOUTHWORTH, 1996, *apud* ELLIS, 2010, p. 154).

Em vários momentos do livro, Kevin Lynch assevera que se trata de “uma exploração preliminar, uma primeira palavra, e não uma palavra definitiva”, “[...] uma pesquisa ainda em seus primórdios”. Contudo, é inegável que seus achados, advindos de uma pesquisa científica meticulosamente desenhada (ELLIS, 2010), transformaram-se em inspirador instrumental para a leitura da paisagem urbana até os dias atuais.

**Terceiro respiro:** “Uma cidade é antes do mais uma ocorrência emocionante no meio ambiente. [...] É um tremendo empreendimento humano!”, exclama Cullen (1996, p. 10) na introdução de seu livro, escrita em 1959. Essa frase elucida o principal propósito dessa obra: resgatar a emoção no processo de compreensão e construção das cidades, essencialmente através do sentido da visão e do movimento do pedestre. Para tanto, emprega como recurso de demonstração uma infinidade de fotos e desenhos, estes aclamados e assimilados mundialmente (ENGLER, 2016). A mesma autora atenta que não se pode separar sua publicação de uma campanha, promovida pela revista britânica *The Architectural Review* (fundada em 1896), a favor de uma abordagem visual pitoresca para intervenções urbanas, da qual Gordon Cullen acabou sendo seu mais importante porta-voz, após anos como editor artístico da revista. Essencialmente, esse movimento, chamado “*Townscape*”, junta-se às correntes de pensamento que faziam oposição aos resultados espaciais modernistas, recuperando um conhecimento empírico manifesto na paisagem urbana construída há tempos, dando o tom pitoresco mencionado.

Engler (2016, p. 5), numa revisão analítica promovida acerca dessa obra, até afirma que os críticos entendem que existiria uma certa ambição ideológica nacionalista por traz do movimento *Townscape*, no que se distinguem acerca do grau de compromisso de Gordon Cullen para com a mesma. Disso decorre a sistematização exposta no livro, com a finalidade de guiar o leitor – especialmente profissionais do projeto – para esse exercício de reconhecimento através de uma “arte do relacionamento” na paisagem urbana, “com vista a fazer da unidade um todo coerente e dramático” (CULLEN, 1996, p. 10-11). E apesar de Cullen trabalhar com diversos

elementos da paisagem – árvores, publicidade, mobiliário urbano, dentre outros – são os edifícios, e seu agrupamento, que seu “jogo” de compreensão do ambiente se concentra, vasculhando o rico cenário britânico. Transpor esse contexto é, portanto, o maior desafio para o leitor dessa obra.

**Quarto respiro e adiante:** “Aprender com a paisagem existente é, para o arquiteto, uma maneira de ser revolucionário”, exortavam Robert Venturi, sua esposa Denise Scott Brown e Steven Izenour, na primeira linha de “Aprendendo com Las Vegas” (2003 [1972]). Ainda que se possa entender que tal exclamação é perfeitamente cabível não só para aqueles profissionais, ela guarda um chamamento: que a paisagem urbana tem muito a nos dizer, mas nem todos são capazes, ou querem, compreender. Deixando de lado o aspecto mais iconoclasta do texto – a parte que investe contra a arquitetura moderna – os autores procuram analisar o “fenômeno da comunicação” que se forma através dos símbolos dispostos na paisagem, prenunciando situações urbanas comuns em várias cidades desde então. Utilizam como objeto dessa experiência a rua comercial mais emblemática de Las Vegas, a *Strip*, da qual desvelam um ordenamento contrastante entre os domínios público e privado. E um dos avanços mais perspicazes desse estudo, conduzido como um ateliê/projeto de pesquisa, seriam as diversas técnicas gráficas empregadas para traduzir os padrões encontrados. Assim, o cotidiano da avenida, marcado por chamativos letreiros e icônicos edifícios, foi representado em mapas, quadros e esquemas, de modo inovador, numa tradução pedagógica. E não deveria ser diferente para a nova organização espacial que estavam interessados: “A ordem que emerge da Strip é complexa. [...] Mas (...) é inclusiva. [...] Não é uma ordem dominada pelo especialista e fácil para os olhos” (VENTURI, SCOTT BROWN e IZENOUR, 2003 [1972], p. 65 – 67). Eis um recado valioso para desbravar a paisagem urbana, um alerta que encontra correspondência nos textos de seu contemporâneo, J. B. Jackson (1984), quando se mostra sensível para o aprendizado que a paisagem vernácula contém, já que expressa nossa mais ordinária humanidade.

Se da obra de Lynch se retira um arcabouço teórico que permite compreender a cidade como um todo, os livros de Cullen e Venturi, Scott Brown & Izenour operam em escala diferente, mais próxima do observador, atentando-se para elementos distintivos que compõem a paisagem urbana. Todos, entretanto, optam pela valorização da visão como sentido organizador do ambiente, ainda que seja possível retirar pequenos ensinamentos para os outros sentidos. Contudo, pode-se afirmar que ainda são referências universais que fundamentam o campo de atuação da leitura da paisagem urbana.

Por fim, para se construir uma passagem para a próxima parada, compreende-se que o espaço público é um dos elementos primordiais para uma plena vivência na paisagem urbana. Tentativa de unir esses dois campos do conhecimento já foram tentados (TEERDS & VAN DER ZWART, 2007; GONÇALVES e SÁ CARNEIRO, 2016), mas o esforço aqui não é construir um arcabouço teórico, ou metodológico, para justificar essa união. Para além de uma aproximação, até forçada, procura-se defender que ambos os conceitos encerram preocupações distintas, embora complementares, para aqueles que habitamos as cidades.

## **PARADA 2: ESPAÇO PÚBLICO**

As mesmas dificuldades de contorno que cercam a compreensão de paisagem estão presentes no debate a respeito do conceito de espaço público, muito em razão dos vários campos

do conhecimento que trabalham com essa chave de leitura da realidade. Se de um lado tal convergência se mostra importante, e até necessária, para que se possa abranger as mais variadas facetas que emergem dessa discussão, por outro, a polifonia tem contribuído para que muita confusão se estabeleça (ROSANELI, DALMOLIN e FARIA, 2019). Assim, relata-se os “efeitos de desorientação” (GURZA LAVALLE, 2005) que são produzidos e também suas “significações frequentemente ambíguas, complementares ou controvertidas” (INNERARITY, 2010, p. 11). Outra assunção que tem sido apontada como um embaraço se revela na crença do espaço público como fator de integração absoluto, inexorável, esquecendo que muitas vezes ele é produzido por agentes imobiliários que avançam contra as mesmas garantias que pretensamente procuram criar (DELGADO, 2011).

Ainda que tais ressalvas sejam importantes, é impossível imaginar qualquer aglomeração humana, em distintas tradições socioculturais, sem o estabelecimento de um local comum de trocas (ROSANELI, 2019), ou como aponta Innerarity (2010, p. 21), “a realização humana é impensável fora do espaço comum”. Estudos comparativos até apontam para uma inequívoca relação com a prosperidade urbana, já que a presença do domínio público, especialmente as ruas, teriam um papel fundamental para a o estabelecimento da produtividade, para a distribuição da infraestrutura, para a preservação da sustentabilidade ambiental, para a provisão de serviços sociais e para a inclusão e equidade social (UN-HABITAT, 2013).

Em geral, os estudos que tratam das temáticas relacionadas com o espaço público permitem identificar duas naturezas de sua constituição e, por isso, o desentendimento apontando é tão comum. Convém assinalar, entretanto, que se entende o espaço público como uma totalidade e que tais dimensões constitutivas permitiriam apenas compreender a pertinência de abordagens discrepantes para esse conceito, já que muitas vezes elas até podem se aproximar.

A dimensão imaterial, mais ligada aos campos do conhecimento que lidam com questões políticas e da comunicação, presencia, nas últimas décadas, um alargamento das temáticas correlatas. Fala-se até em “novo espaço público”, que abriga relacionamentos à distância, em grupos de conversa ou redes sociais, fenômeno facilitado pela rede mundial de computadores. Contudo, a obtenção (*phishing*) e o tratamento questionável de informações pessoais por meio do *big data*, a corrosão do debate público em consequência das *fake news*, as dificuldades de acesso de grande parcela da população, ou mesmo por ser um recinto altamente controlado e privatizado, disfarçadamente, dentre tantas outras questões, ainda provocam grandes incertezas sobre as condições de amparo à coletividade desse âmbito virtual. Pois aqui se discute a característica primordial desse espaço, quer seja, a sua essência política, quando guarda um potencial incondicional para a realização da esfera pública, onde o destino comum é discutido. Tal compreensão tem sido exaustivamente tratada desde que Arendt (2001 [1958]) e, sequencialmente, Habermas (2003 [1962]) trabalharam essa associação. Porém, o desencanto com a política e com práticas de cidadania, a transformação das fronteiras entre o público e o privado na vida social, as mudanças nos meios de comunicação (INNERARITY, 2010), o estabelecimento de uma série de práticas exclusivistas (GHIRARDO, 2002), dentre outros aspectos, tem tencionado a sua configuração cada vez mais. Ainda que esse domínio comum neste âmbito prescindia de sua existência física, Gomes (2006, p. 131) alerta que essa

potencialidade de ação política também guardaria uma matriz territorial, pois “o fenômeno espacial é co-fundador do fenômeno político”, aproximando as duas dimensões constitutivas.

Quanto à sua materialidade, existem as abordagens que se aproximam das questões que emanam de suas características físicas e de como elas interagem, ou não, com os comportamentos humanos. Enquadram-se, de certa forma, no campo de investigação que procura atingir a inter-relação pessoa-ambiente. Nesse âmbito, é muito comum que a conexão entre os domínios público e privado seja explorada e, comumente, revela-se que a indistinção entre essas esferas de propriedade acarreta sérios prejuízos para o domínio comum. Outro aspecto importante desse enfoque se conecta com a acessibilidade, quer seja física ou simbólica, pois se trata do potencial de abertura desse espaço para a co-presença e a consequente sociabilidade. Seria dentro desse limite, portanto, que se encontra um possível vínculo com as discussões acerca da paisagem urbana, quando se reconhece a capacidade de expressão da riqueza da vida e da identidade cultural de um povo, como explicita a Carta do Espaço Público (INU, 2013), baseando-se na Convenção Europeia da Paisagem (CONSELHO DA EUROPA, 2000). Essa abertura de leitura da cidade, certamente, constitui-se num apropriado indicativo dos conflitos, avanços e desacertos de uma dada sociedade. Desse modo, na seção final, a dimensão material do espaço público, como elemento constitutivo da paisagem da metrópole brasileira, será motivo de escrutínio de nosso modo de habitar o mundo.

## **CHEGADA**

“Gostaria de evocar o caminhar como maneira de habitar o mundo, como maneira de fazer paisagem, de se juntar à paisagem, o caminhar como um certo modo de estar no espaço” (BESSE, 2013, p. 45). Esse chamamento, decerto, sintetiza uma condição epistêmica e, ao mesmo tempo, oferece uma direção investigativa. Com essa inspiração, as ruas das cidades latino-americanas têm sido palco de reflexão acerca desses dois conceitos correspondentes, tratados até então. Inicialmente, nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba (entre 2010 a 2014) para então rumar para as metrópoles brasileiras (desde 2015) e metrópoles latino-americanas (a partir de 2019).

No caso paranaense, foram estudadas 10 avenidas principais dos 9 municípios que formam o Aglomerado Metropolitano de Curitiba (Almirante Tamandaré, Araucária, Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais). Em nível nacional foram investigadas as ruas do bairro centro das 9 metrópoles de segundo nível (IBGE, 2008), quer sejam: Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Fortaleza, Manaus, Porto Alegre, Recife e Salvador. No total, foram percorridos quase 2.000 quilômetros a pé em busca das características físicas, simbólicas, sensoriais e sociais, em dias úteis e dentro de estações do ano em que a maioria dos dias apresentassem tempo bom e estável. Por fim, na presente terceira escala de análise, as 8 metrópoles mais populosas da América Latina – Bogotá, Buenos Aires, Cidade da Guatemala, Cidade do México, Lima, Santiago, São Paulo e Rio de Janeiro - serão visitadas, como forma de constituir um panorama mais amplo, ainda que se considere as diferenças socioculturais que se impregnam nos ambientes urbanos e das disparidades socioeconômicas entre essas metrópoles. De certo modo, tem-se como suposição que, no amplo panorama, mais aspectos do espaço público nos unem enquanto latino-americanos, mas a

cultura urbana de cada cidade é única, em virtude das características sociais, políticas, econômicas, legais, ambientais, dentre outras.

Com esse conjunto de aprendizados, tem-se construído um quadro referencial comparativo e atualizado que permite certas assunções sobre os elementos mais comuns e outros extraordinários do cotidiano urbano. E, nessas últimas linhas, a ideia é compartilhar essa experiência corporal, especialmente relatando algumas questões metodológicas, já delineadas, referencialmente, em trabalho anterior (ROSANELI, 2015), quando se defendeu uma abordagem transdisciplinar para abarcar a complexidade do espaço público e da paisagem da rua.

De fato, inúmeros são os elementos que compõem o dia a dia de um espaço público, fato que impõe uma organização prévia dos procedimentos a serem adotados em campo. Dessa forma, é aconselhável que se guie por um roteiro preliminar que sintetize os aspectos ressaltados pela literatura consultada. O que se quer observar deve estar muito claro no instante da saída, mas como e quando fazê-lo muitas vezes é moldado na prática. As várias questões que emergem do cotidiano devem ser conjecturadas e cirurgicamente recortadas para que a observação seja a mais precisa possível, pois a dinâmica social é altamente distrativa. Nesse ponto, cabe reiterar que pesquisas que se desenham abrangentes tendem a se diluir em descrições generalizadas e, frequentemente, enfadonhas e desinteressantes. Questões bem contornadas, todavia, costumam demandar um trabalho de campo mais controlado e com possibilidade de densa descrição da realidade, com grande potencial de contribuição para o campo do conhecimento demarcado. Ou seja, menos é mais.

Em geral, é conveniente que sejam separadas as operações focadas no mundo físico, sensorial e/ou simbólico daqueles fenômenos que advém do universo social e sua inter-relação com o ambiente. Começar pelas condições da realidade física seguramente facilita mapear o sistema de ações. De qualquer forma, uma incursão sobre referências que tratam de procedimentos para coleta de informações configura-se em etapa indispensável, para que se conheça as vantagens e os limites das técnicas e instrumentos disponíveis na literatura que se adequam ao estudo proposto. Pois certamente as escolhas metodológicas devem se suportar por essa convergência científica que se consolida há tempos. Logo, nada de reinventar a roda e não é perda de tempo, nem retrocesso, voltar aos manuais.

Cabe ressaltar que o trabalho de campo exige muito desprendimento do pesquisador, pois as situações são inúmeras e, por vezes, repletas de contestação: abordagens de indivíduos para que se tome cuidado com potenciais sinistros contra a pessoa do pesquisador e seus instrumentos de coleta; seguranças portando armas opondo-se veementemente a qualquer forma de anotação; indivíduos agindo contra a lei que não querem ser registrados; transeuntes, proprietários ou responsáveis pela propriedade que são contrários à presença do investigador na coleta de informações no domínio comum; outros, curiosos com os registros, pedem todo tipo de auxílio, confundindo a função do pesquisador com outros tipos de trabalhadores e, até mesmo, pessoas se oferecendo para serem fotografadas no seu cotidiano de trabalho ou de vagar – fato muito mais comum nas porções setentrionais do país. Imprescindível em todos esses momentos que seja feita prontamente uma apresentação das credenciais do pesquisador e dos objetivos da pesquisa. De certa forma, essas circunstâncias revelam as dificuldades de pesquisa no espaço público, com exposição do próprio corpo do pesquisador a uma grande sorte

de riscos, mas também, a momentos curiosos e por que não, trágicos e cômicos? Muitas histórias são compartilhadas e estar e, sobretudo, mostrar-se atento a elas torna-se fundamental para sua aceitação no campo. Certamente, da mesma forma que o pesquisador está interessado na dinâmica de seu recorte de pesquisa, ele está sendo observado por vários indivíduos que têm na rua seu local diário de frequência. Preparar-se para essa aprovação oficiosa torna-se uma atitude que terá muito reflexo na permanência mais tranquila em campo.

A paisagem não se desvela à primeira vista: exige um olhar treinado e persistente. Por isso, voltar várias vezes ao mesmo local torna-se comum e necessário. E, sobretudo, é preciso ter calma para captar o fugidio ou mesmo aquilo que está à mostra, disponível em nossa frente, mas não se consegue perceber. Ao mesmo tempo, a experiência no campo proporciona certa perspicácia: para se escolher o momento certo – quer seja pela presença da melhor luz solar (ou não), pela vitalidade (ou não) da vida (humana ou não), pela sonoridade, etc. – e o lugar certo – onde a presença do pesquisador não prejudique a dinâmica do lugar, onde se consegue captar a ação desejada no melhor ângulo, com a melhor vivacidade. Tudo isso requer muito planejamento e atenção e uma visita prévia pode auxiliar muito na tomada de decisões. Por vezes, o cotidiano transborda o imaginado e uma enxurrada de acontecimentos tomam o campo. Saber entrar na confusão é tão importante quanto saber sair na hora certa. De novo, pode-se participar plenamente ao se escolher o melhor lugar para observar sem interferir na cena.

Caminhar pela paisagem com a ambição de se registrar seus elementos é extremamente extenuante, já que pesquisas de campo, em geral, são esgotantes física e mentalmente. Junta-se ao cansaço da caminhada, a exposição às intempéries e à poluição, o trato com as frequentes abordagens, com as situações de risco e insegurança, etc. Assim, é normal que surjam dúvidas sobre o momento de interromper os procedimentos de coleta. Além disso, qual seria a indicação exata para se avaliar a suficiência da quantidade de dados, sobretudo numa abordagem qualitativa? Inicialmente, cabe um confronto entre o tempo disponível de registro e a duração de trabalho posterior com os arquivos, ambos premidos por orçamento, condições climáticas e preparo físico e psicológico do pesquisador. Deve-se pressentir que quanto mais tempo de campo, mais horas de tratamento e análise dos dados serão exigidas... É trivial ter que voltar ao mesmo lugar algumas vezes para observar o que se pretende investigar ou mesmo para constatar melhor algum detalhe que não foi apreendido suficientemente. Contudo, é comum se chegar a um momento em que a oferta de *insights* começa a rarear e por mais que se observe com cuidado, os fenômenos começam a se repetir. Fala-se em “saturação” nos manuais de pesquisa, o que, por princípio, não é algo fácil de se definir, pois muitas vezes esse ponto advém da experiência e do desprendimento do pesquisador. E acrescentando-se que a variação das horas do dia, dos dias da semana, das estações do ano, da dinâmica do cotidiano urbano (dia útil, fim de semana, feriados) e as condições climáticas têm claro reflexo na paisagem, aumenta-se a complexidade por uma decisão. Por isso, posicionar-se sobre a interrupção sempre guardará certo julgamento subjetivo e, desse modo, torna-se importante indicar essa escolha para o leitor. Ademais, existe o fato de não se sentir mais confortável com a rotina da pesquisa, uma vez que muitos problemas podem surgir na dinâmica urbana que acabam impedindo um prosseguimento seguro. Realmente, expor-se à paisagem requer muitos cuidados.

Entretanto, a vivência na paisagem é plena de descobertas prazerosas, em virtude da generosidade das pessoas, da beleza dos ambientes construídos e dos lugares construídos por



essa relação. Muitas vezes, a curiosidade move a mente e as pernas! Por outro lado, já que as dificuldades de uma sociedade se espelham claramente na paisagem e, conseqüentemente, aos olhos treinados, isso pode ser desgastante de se defrontar indefinidamente. Existe, portanto, uma sabedoria em saber parar. Compartilhando esse pequeno apanhado de vivências, de modo um pouco mais ameno daquilo que os manuais trazem como discussão metodológica, pretendeu-se relatar uma experiência paisagística a partir da caminhada pelos espaços públicos brasileiros. Compreende-se como singela contribuição, com a pretensão de inspirar maiores cuidados para melhores pesquisas, pois para se juntar, fazer e captar a paisagem é necessária uma forma disciplinada de olhar.

## REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. A condição humana. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001 [1958].
- BARTALINI, V. Natureza, Paisagem e cidade. In: Revista Pós, v. 20, n. 33, São Paulo, junho, 2013.
- BESSE, J. M. O gosto do mundo: exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.
- \_\_\_\_\_. Estar na paisagem, habitar, caminhar. In: CARDOSO, I. L. (Coord.) Paisagem e Patrimônio. Aproximações Pluridisciplinares. Porto: Dafne Editora/CHAIA-UÉ, 2013.
- CARERI, F. Walkscapes. O caminhar como prática estética. São Paulo: Editora G. Gili, 2013.
- CONSELHO DA EUROPA. Convenção europeia da paisagem. Florença: CONSELHO DA EUROPA, 2000.
- COSGROVE, D. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.
- CULLEN, G. A paisagem urbana. Lisboa: Edições 70, 1996 [1971].
- DELGADO, M. El espacio público como ideología. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2011.
- ELLIS, H. Revisiting The Image of the City: The Intellectual History and Legacy of Kevin Lynch's Urban Vision. Wesleyan University, Middletown, Connecticut, 2010.
- ENGLER, M. Cut and Paste Urban Landscape: the work of Gordon Cullen. Abingdon, Oxon: Routledge, 2016.
- GHIRARDO, D. Arquitetura contemporânea: uma história concisa. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- GOMES, P. C. C. A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- GONÇALVES, F. C. C.; SÁ CARNEIRO, A. R. O espaço público como uma experiência de paisagem. In: Anais... XIII ENEPEA: Salvador, 2016.
- GURZA LAVALLE A. As dimensões constitutivas do espaço público - Uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria. In: Espaço & Debates, v.25, n. 46, jan/jul, 2005, p. 33 -44.
- HABERMAS, J. Mudança estrutural da esfera pública. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2ª edição. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2003 [1962].
- INGOLD, T. Estar vivo. Ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2015.
- INNERARITY, D. O novo espaço público. Lisboa: Texto Editores, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Regiões de influência das cidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- ISTITUTO NAZIONALE DI URBANISTICA (INU). Charter of Public Space, 2013. Disponível em: <[http://www.inu.it/wpcontent/uploads/Inglese\\_CHARTER\\_OF\\_PUBLIC\\_SPACE](http://www.inu.it/wpcontent/uploads/Inglese_CHARTER_OF_PUBLIC_SPACE)>. Acesso em: 21 jun. 2018.
- LYNCH, K. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1997 (1960).

NOGUÉ, J. La construcción social del paisaje. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, S. L., 2007.

ROGER, A. Breve tratado del paisaje. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, S. L., 2014 [1997].

ROSANELI, A. F.; DALMOLIN, G. H.; FARIA, D. R. O conceito de espaço público: sucinta revisão de literatura em artigos dos ENANPUR. In: Anais ... ENANPUR: Natal, 2019.

ROSANELI, A. F. Olhares pelo espaço público. Curitiba: Editora do Setor de Tecnologia da UFPR, 2019.

\_\_\_\_\_. *Streetscape* da periferia da cidade de Curitiba/PR. In: Anais... 1º Congresso Internacional Espaços Públicos. PUCRS: Porto Alegre, 2015.

TEERDS, H. & VAN DER ZWART, J. Landscape as public domain. In: EURA, Gaslow, 2007. Disponível em [https://www.gla.ac.uk/media/Media\\_48179\\_smxx.pdf](https://www.gla.ac.uk/media/Media_48179_smxx.pdf), acessado em 13 fev 2020.

UN-HABITAT. Streets as public spaces and drivers of urban prosperity. Nairóbi: UN-HABITAT, 2013.

VENTURI, R.; BROWN, D. S.; IZENOUR, S. Aprendendo com Las Vegas. O simbolismo (esquecido) da forma arquitetônica. São Paulo: Cosac & Naif, 2003 [1972].